

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL AGRÍCOLA: A DUALIDADE RURAL – URBANO E A INSERÇÃO NO MUNDO DO TRABALHO

Márcia Santos de Souza*

Resumo: O presente artigo se refere a uma pesquisa, realizada na UFSC, cujo objetivo geral foi o de estudar a inserção do egresso do Curso de Técnico em Agropecuária, filho de pequeno agricultor, no mundo do trabalho. O problema investigado diz respeito ao binômio desconstrução do real tradicionalmente rural e a redefinição do mundo do trabalho, visualizando uma inserção urbanizada do recém-técnico em agropecuária. Considera-se que esta contingência esteja relacionada ao fato desse profissional ter sua formação voltada para a área rural, assim como sua história de vida, ao mesmo tempo em que é no meio urbano que ocorre a sua inserção no mercado de trabalho. O meio urbano torna-se o espaço “escolhido”, entre outros fatores, devido à precariedade que o meio rural oferta a esse profissional, tanto a nível de trabalho quanto de condições de existência. A teorização estabelecida no estudo considerou centralmente: a) a evolução científico-tecnológica em processo, associada à economia política de caráter neoliberal e que redimensiona (m) substancialmente o mundo do trabalho e a educação, com conseqüências acentuadas para o trabalhador em questão; b) a atual política governamental para a educação profissional (DL 2208/97), que atinge diretamente as Escolas

* Pedagoga e psicóloga, professora na Universidade Federal de Santa Catarina, responsável pelo Setor de Orientação Educacional e Psicologia do Colégio Agrícola de Camboriú, é Mestre em Educação pela UFSC.

Agrícolas e Agrotécnicas Federais, desarticulando um ensino aceito como de qualidade e reforçando a dualidade que caracteriza o Sistema de Ensino no país.

Palavras-chave: Meio Rural, Educação Profissional e Técnico em Agropecuária.

Introdução

A atividade agrícola, hoje, não é para amadores e a *qualificação requerida para o trabalho* em tal atividade é tão ou mais *complexa* que a necessária ao mundo do trabalho (até hoje) tipicamente urbano (Jantsch, 1997, p. 22) (Grifos do autor).

O presente texto apresenta os resultados da pesquisa de campo e teórica, desenvolvida no Curso de Mestrado em Educação, na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), cujo título é “Meio rural: quando a saída é a saída” e que buscou conhecer de que forma no atual, contraditório e problemático contexto, ocorre a inserção do Técnico em Agropecuária, filho de pequeno agricultor, no mundo do trabalho. Elegeu, como amostra, os egressos do Curso de Técnico em Agropecuária do Colégio Agrícola de Camboriú (CAC). Cumpre esclarecer que o Colégio Agrícola de Camboriú pertence à UFSC, logo, à rede pública federal de ensino. Está localizado em Camboriú, região urbana e litorânea do estado de Santa Catarina. Recebe alunos de várias regiões do sul do país, do meio rural e urbano. Funciona (ainda) com o regime de internato e semi-internato e forma Técnicos em Agropecuária (TA) em nível médio e pós-médio além de Técnicos em Meio Ambiente e Técnicos em Informática, em nível pós-médio. Cumpre esclarecer que o Colégio Agrícola de Camboriú pertence à UFSC, logo, à rede pública federal de ensino. Está localizado em Camboriú, região urbana e litorânea do estado de Santa Catarina. Recebe alunos de várias regiões do sul do país, do meio rural e urbano.

funciona (ainda) com o regime de internato e semi-internato e forma Técnicos em Agropecuária (TA) em nível médio e pós-médio além de Técnicos em Meio Ambiente e Técnicos em Informática, em nível pós-médio. O objetivo da pesquisa fez com que se caminhasse a partir de duas categorias básicas: educação, principalmente no que se refere ao ensino profissionalizante, e trabalho, especialmente no que toca à agricultura familiar e os seus desdobramentos no mundo do trabalho.

Face à complexidade e à mudança contextual, quanto mais se procuraram respostas, mais suscitaram-se questões. Dessa forma, a processualidade inerente à pesquisa realizada, fez com que se abdicasse da pretensão de ser conclusivo e, em consequência, apenas contribuir no conjunto das discussões acerca de um campo de conhecimento que se encontra em constante mudança: a relação trabalho-educação.

Ao se associar o histórico brasileiro da agricultura familiar com as condições de vida relatadas pelos egressos entrevistados, observou-se que determinados (pré)conceitos e o modo de vida e de trabalho, instalados na época do Brasil Colonial, conseguiram transpor o tempo e estar, hoje, tão presentes quanto no passado. Ou seja, em certas circunstâncias, ainda se vive o passado, pois o acesso às condições básicas como água, luz, saneamento, educação e lazer, que permitam uma existência com o mínimo de dignidade, ainda parece ser privilégio não alcançado por uma parte significativa da população rural. O lugar que o meio rural ocupa na atual conjuntura, de secundarização e preterimento frente aos investimentos e à atenção dirigidos ao meio urbano, faz com que se perpetue, em nosso país, o conceito de “rural” enquanto lugar de atraso. Tal conceituação se radicaliza se considerarmos apenas o recorte das pequenas propriedades agrícolas, onde itens como rede de água, coleta de lixo, comuns no meio urbano, podem ser considerados ‘luxo’. A disparidade entre o rural e o urbano pode ser percebida mais claramente no quadro 01 (abaixo), que apresenta os indicadores de bem-estar, segundo a situação de domicílio, comparando-se os anos de 1990 e 1995.

Quadro 01 – Domicílios particulares e indicadores de bem-estar, segundo a situação de domicílio – Santa Catarina – 1990/1995

DISCRIMINAÇÃO	RURAL				URBANA			
	1990		1995		1990		1995	
	valor absoluto	%	valor absoluto	%	valor absoluto	%	valor absoluto	%
Domicílio particular	406.648		339.021		700.107		958.791	
Rede de água	82.409	20	149.734	44	590.743	84	839.867	87,6
Lixo coletado diretamente	69.316	17	52.590	45	566.859	90	876.452	91,4
Luz elétrica	372.759	91,7	293.855	86,7	689.323	98,4	953.076	99,4
Geladeira	341.953	84	264.124	78	636.950	91	913.627	95,3
Rádio	368.907	91	310.435	91,5	647.732	92,5	906.763	94,6
Televisão	301.134	74	250.976	74	629.247	89,9	884.459	92,2

Fonte: IBGE

Ressalta-se que, ao mesmo tempo que vemos uma parcela da população rural ser privada de benefícios básicos, percebe-se que estão presentes no dia-a-dia de alguns, itens típicos da vida urbana moderna, como antena parabólica, forno de microondas, videocassete etc. Contraditoriamente, em certas circunstâncias, faltam insumos e implementos agrícolas que viabilizem uma participação mais efetiva no sistema produtivo. Tais recursos contribuiriam, possivelmente, para sair da situação de “quase exclusão” vivida por uma parcela significativa de pequenos produtores rurais. Em alguns casos, portanto, parece ser mais fácil ter acesso a uma antena parabólica (que tem financiamento garantido e facilitado pelo mercado capitalista) do que conseguir crédito para a compra de implementos agrícolas específicos para a pequena propriedade rural.

Uma das conseqüências dessa situação é o êxodo rural que começara a se acentuar já na década de 40. O Brasil, segundo Zoldan (1997), conta atualmente com 21% da sua população vivendo no meio rural. No estado de Santa Catarina, esta taxa eleva-se para 27%, considerada uma média bastante ele-

vada frente ao padrão mundial que é, por exemplo, de 0,3% nos EUA e menos de 10% na Europa. Esses países, conforme o autor, já realizaram a sua reforma agrária [não conservadora] e subsidiam a agricultura.

O atual quadro, no entanto, parece estar modificando-se. De 1985 para 1995, houve uma baixa de 20% nos índices do pessoal ocupado nos estabelecimentos rurais do Estado de Santa Catarina. Segundo dados da Síntese Anual da Agricultura de Santa Catarina, sendo que,

[...]esta diminuição nestes estabelecimentos está provavelmente associada ao incremento tecnológico, que dispensa mão-de-obra, e à redução do número de pequenas propriedades (Cepa, 1998, p.14).

Um dado instigante diz respeito ao aumento da população rural brasileira, entre os anos de 1992 e 1997, de 0,5%. No entanto, neste mesmo período, houve uma diminuição na população que se dedica exclusivamente à agricultura na ordem de 2,2%¹. Um dos motivos que colaboram para esse aumento de 0,5% da população rural parece relacionar-se às pessoas do meio urbano que têm escolhido aquele ambiente (rural) para morar, não necessariamente para desenvolver atividades profissionais ou dele depender financeiramente. Pode-se dizer que a tranquilidade, os baixos índices de criminalidade, o menor custo de vida, enfim, a fuga do estresse (comum) dos grandes centros urbanos, aliando-se a uma taxa de desemprego elevada, faz com que a busca pelo rural, enquanto espaço de moradia, efetive-se. Por outro lado, os próprios moradores do campo que não encontram condições de sobrevivência no trabalho tipicamente rural, podem continuar mantendo como lugar de domicílio este meio, mas passam a desenvolver atividades no meio urbano. Dessa forma, eleva-se o índice de moradores no meio rural, porém, a dedicação às atividades típicas deste meio, como a agricultura, ao invés de aumentar, enfraquece.

Esses dados coadunam-se às informações colhidas junto aos egressos: num período de três anos (1992 a 1995), 16,6% de

suas famílias viram-se forçadas a sair do meio rural devido às condições precárias de sobrevivência que vinham enfrentando. Como nos informou EPS², pertencente a uma dessas famílias, sair do meio rural “já não era mais uma questão de opção, mas de realidade”. Sem ter-se as condições mínimas para dar continuidade à atividade agrícola ou para desenvolver outro tipo de projeto que torne possível a permanência no meio rural, o êxodo para o meio urbano apresenta-se como inevitável.

Salienta-se, no entanto, que não se considera que o acesso à tecnologia por si só, venha “resolver” essa situação. Como nos refere Jantsch (1997, p. 22),

[...] tão somente o acesso ao saber altamente qualificado não ‘salva a lavoura’. Constato, porém, nas muitas andanças pelo mundo dos pequenos agricultores, que o acesso ao saber, especialmente o científico-tecnológico, se constitui em uma das variáveis determinantes para quem já possui um pedaço de terra para produzir, como é o caso específico dos pequenos agricultores do sul do país.

Torna-se necessário um conjunto de intervenções que, articuladas, resultem em modificação efetiva e não em mascaramento da realidade, “desrealizadora do Homem Universal”. O acesso ao saber e o domínio do conhecimento, aliado às condições financeiras (crédito) necessárias que permitam, inclusive, o acesso à tecnologia, são prerrogativas básicas para que seja viabilizada a participação do pequeno agricultor no atual mercado.

Isto posto, é preciso ter clareza de que nem todos conseguirão adequar-se a esses (novos) padrões exigidos. Para alguns proprietários rurais, que não apresentam condições mínimas que possibilitem a superação do estado de miserabilidade em que vivem, a tendência é que tenham que buscar alternativas para garantir a sua sobrevivência, mesmo que persistam em continuar no meio rural. Segundo Abramovay e outros, esses agricultores que têm uma renda, inclusive a de autoconsumo, situada abaixo de US\$ 2.400 por família, são chamados de “agri-

cultores em exclusão”. “Apesar de sua importância social (um terço dos agricultores), sua renda não é suficiente para que vivam das atividades realizadas no interior do próprio estabelecimento” (ABRAMOVAY, 1997, p. 10).

Nessa perspectiva, enquanto alguns buscam outras atividades, os que permanecem (em condições adequadas) suprem as necessidades do mercado sem maiores dificuldades.

Assim, enquanto um grande número de produtores de subsistência vai desaparecendo, um número cada vez menor de produtores vem respondendo por quantidades crescentes de produto, caracterizando um processo de concentração de produção (ZOLDAN, 1997, p. 15).

Esse processo (de desaparecimento de uma parcela dos que se dedicam à agricultura familiar de subsistência e do incremento tecnológico dos que ficam) interfere diretamente na mão-de-obra empregada na área rural. A tendência é que se evolua para os padrões internacionais como uma consequência direta do uso da ciência-tecnologia, que gera maior produtividade, sem aumentar as áreas cultivadas e o número de empregos.

Diante do fato de que a maior parte das famílias dos egressos entrevistados apresentam reduzidas possibilidades de conseguirem ascender a um patamar adequado de uso de tecnologia (Quadro 2) e, conseqüentemente, produzir em quantidade e qualidade que viabilizem sua participação no mercado, torna-se compreensível³ que 66,6% desses egressos tenham buscado inserção no mercado de trabalho urbano. A falta de perspectiva de superação da precária situação vivida pela família, (baixa remuneração, condições de trabalho difíceis, sem acesso aos benefícios do meio urbano, sem uma política pública adequada) faz uma parcela significativa dos egressos do Curso de Técnico em Agropecuária preferirem o meio urbano.

Estabelece-se, assim, um ponto de contradição e conflito. O egresso, um profissional que teve a sua formação fortemente voltada para o meio rural, tem (ou deveria ter), enquan-

to potencial de conhecimento, possibilidades de suprir a falta de condições para desenvolver novos projetos, fazer inovações e trazer recursos da ciência para a propriedade rural familiar. No entanto, a falta de uma condição financeira adequada inviabiliza até mesmo a possibilidade de ‘tentar’ fazer algo novo. Ressalta-se, porém, que o aspecto financeiro pode ser o impossibilitador maior, mas não é o único fator que intervém e torna impraticáveis os projetos dos recém-formados.

Quadro 2 – Tipo de tecnologia utilizada, por grupo de área Total – Santa Catarina – CENSO DE 1995-1996

GRUP. DE ÁREA TOT. (ha)	ESTABELEC. N.º	ESTABELECIDAMENTOS POR TIPO DE TECNOLOGIA UTILIZADA (nº)								
		irrigação	Fertilizantes	Tratores	Arados Tração Animal	Arado Tr. Mec.	Máq. Pl. Plantio	Máq. Pl. Colheita	Assist. Tec.	
Menos de 10	72.462	v. a.	3.619	56.211	8.358	32.991	5.391	2.952	673	39.60
		%	5,0	77,6	11,5	45,5	7,4	4,0	0,9	54,6
10 a menos de 50	109.916	v. a.	8.103	99.181	32.036	72.474	25.074	14.719	4.533	77.870
		%	7,4	90,2	29,1	66,0	22,8	13,4	4,12	70,8
50 a menos de 100	12.120	v. a.	1.179	10.228	6.093	5.731	4.982	3.166	1.391	8.90
		%	9,7	84,4	50,3	47,3	41,1	26,1	11,47	7,34
100 a menos de 1.000	8.231	v. a.	544	6.008	4.468	2.037	3.550	2.527	1.441	6.21
		%	6,6	73	54,3	24,7	43,1	30,7	17,5	7,5
1.000 a Menos de 10.000	505	v. a.	31	319	300	68	228	162	100	44
		%	6,1	63,1	59,4	13,5	45,1	32,0	19,8	8,7
10.000 a mais	3	v. a.	-	1	-	-	-	-	-	-
		%		33,3						
Sem declaração	110	v. a.	-	1	-	-	-	-	1	3
		%		0,9					0,9	2,7
TOTAL	203.347		13.475	171.949	51.256	113.301	39.225	23.526	8.139	113,07

Fonte: IBGE

A resistência da família em aderir a uma forma diferente de lidar com o que diz respeito à terra e à pecuária, pode ser um fator de desmobilização dos projetos que o jovem formando deseja implementar. A segurança do “conhecido”, que dá sustentabilidade ao “fazer diário” dos que permaneceram na propriedade familiar, pode vir a dificultar, sobremaneira, a (re)integração do jovem formando ao contexto da agricultura

familiar. Fatores como a falta de experiência e uma certa “imaturidade” do jovem formando, podem fazer com que ele tenha alguma dificuldade em lidar com esta situação de uma forma menos conflitiva e mais produtora para todos os envolvidos. Nesse sentido, a propriedade da família talvez não (mais) seja o lugar ideal para que o jovem desenvolva seu projeto de vida.

Dessa forma, o (complexo) relacionamento familiar depois de uma ausência de dois ou três anos, a experiência de ter morado no meio urbano, os sonhos de novos projetos que não passam (necessariamente) pela permanência no meio rural, o desejo de cursar uma faculdade, entre outros aspectos, fazem com que o meio urbano ocupe um lugar de preferência para muitos jovens. Essa pretensão ficou evidente quando 75% dos egressos afirmaram que as suas expectativas em relação ao futuro estavam ligadas ao meio urbano. Mesmo que as chances de emprego na cidade, na área de sua formação, ante as circunstâncias marcadas pelo crescente desemprego, pareçam difíceis, ainda assim a opção pela cidade é considerada a melhor para tentar uma inserção no mercado de trabalho (e lá viver) do que a permanência no meio rural. Este número ganha contundência quando constata-se que 83,3% dos egressos revelaram ter buscado, no CAC, uma forma de sair da precariedade do meio rural e encontrar outras alternativas de trabalho, seja na propriedade rural (enquanto trabalhador especializado e não mais como pequeno e precarizado agricultor) ou no meio urbano.

Os dados coletados, no que se refere aos rendimentos dos egressos segundo a área de atividade, o meio em que está inserido e a remuneração percebida (Quadro 3), não deixam dúvidas em relação ao que se torna mais vantajoso. Pode-se dizer que os egressos que estão no meio urbano, diante do atual contexto para o qual se caminha e devido ao qual cada vez menos se conserva o típico emprego formal, estão numa situação de privilégio frente a muitos trabalhadores da atualidade (rurais ou urbanos), que só conseguem trabalho na informalidade.

Quando estende-se a questão da renda para o padrão nacional, percebe-se que os dados analisados nas entrevistas coincidem com uma situação que perpassa todo o contingente da população que se dedica exclusivamente ao trabalho na área agrícola. Segundo dados do Projeto Rurbano (NEA - IE/Unicamp apud Jornal Folha de S. Paulo), fazendo-se um comparativo entre a renda *per capita* de 1995 e 1997, conclui-se que a renda das famílias que se dedicam à agricultura e não têm empregados diminuiu 2,1% no período, ficando em torno de R\$ 75,08. Já a renda de todas as famílias brasileiras cresceu 0,5% nesse período, ficando em torno de R\$ 243,86.

Quanto mais se investiga a respeito do rural em nosso país, mais se consolida a idéia de que, de fato, é urgente que se modifique o padrão (imposto) que acompanha a agricultura, em especial a familiar, desde a sua origem (Souza, 1990).

Quando o egresso decide buscar trabalho no meio urbano, pode parecer, à primeira vista, que está sendo injusto com seus pais. Afinal, muitas famílias, no caso as rurais, investem na educação dos filhos com a expectativa de melhorar as próprias condições de vida. No entanto, ao averiguar-se não somente o histórico de vida dos egressos, mas ainda os motivos que os levaram a sair de casa em busca de conhecimento, e a forma como se deu a sua inserção no mercado de trabalho urbano, conclui-se que a saída é (até mesmo) uma questão de sobrevivência. Como afirmou RMM, não há muita escolha, “a saída é a saída”. A própria família, como se verificou em 84% dos casos, acaba por tornar-se conivente com a decisão tomada pelo filho de tentar outra forma de vida e de trabalho. Essa situação é resultado do reconhecimento de que não conseguem, por falta de condições objetivas e mesmo subjetivas, atender aos anseios dos filhos em relação à realização profissional e pessoal.

Quadro 3 – Evolução da renda per capita das famílias exclusivamente agrícolas

Tipo de família agrícola	Mil famílias	Renda per capita*		Taxa de crescimento (%)
		1995	1997	
Com terra e mais de 2 empregados	46	R\$ 941.54	R\$ 1.304.70	17.7
Com terra e até 2 empregados	223	R\$ 259.32	R\$ 317.30	10.6
Com terra e sem empregado	2.603	R\$ 78.30	R\$ 75.08	-2.1
Empregados sem terra	2.068	R\$ 64.77	R\$ 63.66	-0.9
Média de todas as famílias brasileiras	40.645	R\$ 241.42	R\$ 243.86	0.5
Salário mínimo	---	R\$ 117.93	R\$ 120.00	0.6

(*) em R\$ - setembro de 1997

Fonte: Elaboração Projeto Rurbano (NEA-IE/Unicamp) a partir de tabulações especiais da Pnad (IBGE) (apud Jornal Folha de S. Paulo de 22/03/1999).

A saída dos jovens rurais desse meio para o urbano, numa tentativa de conseguir trabalho, é um dos fatores que têm contribuído sensivelmente para o que Abramovay e outros denominassem como “preocupante processo de envelhecimento do meio rural” (1997, p. 39). Segundo os autores, programas como a Reforma Agrária e o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura, devem estar atentos a tal processo (ver quadro 04).

É urgente que estes programas incorporem a seu funcionamento as dimensões de geração e de gênero [...], sob pena de participarem do processo que está fazendo do meio rural brasileiro, em escala crescente, um refúgio de aposentados que não conseguiram melhores oportunidades de vida nas cidades (ABRAMOVAY et al, 1997, p. 39).

Quadro 4 – Pessoas ocupadas, por situação de domicílio, segundo os grupos de idade – Santa Catarina – 1990/1995

GRUPOS DE IDADE (anos)	TOTAL		RURAL				URBANA			
	1990	1995	1990		1995		1990		1995	
			v. abs.	%	v. abs.	%	v. abs.	%	v. abs.	%
10 14	91.653	130.934	71.629	78,2	86.911	66,3	20.024	21,8	44.023	33,7
15 24	632.319	610.606	308.845	48,9	205.258	33,6	323.474	51,1	405.348	66,4
25 39	794.827	1.021.119	306.550	38,6	280.713	27,5	488.297	61,4	740.406	72,5
40 49	324.258	409.367	127.082	39,2	124.640	30,4	197.176	60,8	284.727	69,6
50 59	185.613	237.267	83.176	44,8	88.617	37,3	102.437	55,2	148.650	62,7
60 e mais	80.871	136.648	47.752	59,1	65.182	47,8	33.119	40,9	71.466	59,2

Fonte: IBGE

Na época das entrevistas, uma das questões que se levantou e que mais inquietava, era a do papel que a instituição de ensino (no caso o CAC) ocupava na decisão dos egressos em permanecer ou não no meio rural e a contribuição da referida entidade educacional para a construção de um ‘novo ser social’ (proprietário dos meios de produção-trabalhador e cidadão). Pelo estudo, conclui-se que dentre as intervenientes que mais pesaram na decisão do jovem de ficar ou não no meio rural, estão as ligadas às condições objetivas que o egresso tem no local de origem (meio rural). No entanto, o ambiente que o Colégio Agrícola de Camboriú apresenta (entre elas, sua urbanidade), bem como as condições gerais que o ‘estudar fora de casa’ pode representar para um jovem adolescente, configuram-se como fatores contributivos para a sua decisão. Tais dados, aliados à informação de que não houve, no entender dos egressos, qualquer tipo de reforço por parte da instituição (professores ou funcionários) no sentido de incentivá-los a ficar ou não no campo, salvaguardam a instituição sobre a sua possível interferência a respeito do êxodo rural de uma parcela de seus egressos. Isto posto, considera-se uma contingência ‘normal’ o fato da experiência de ter estudado no CAC, aliada a tudo

que isso pode representar para um jovem adolescente, principalmente o desvelamento de outros horizontes, vir a causar alguma influência na decisão dos egressos de ficar ou não no campo.

Diante da argumentação, unânime, dos egressos de que ter estudado no CAC trouxe-lhes um ganho pessoal qualitativo expressivo, suplantam-se muitas expectativas que se tinha ao iniciar a pesquisa. Ao comentarem que perderam grande parte da timidez 'natural' dos jovens do meio rural, que ganharam auto-confiança, tornaram-se mais sociáveis (o que lhes valeu muitos amigos e conhecimento acerca de outras realidades), entre tantos outros ganhos, incentivam e legitimam a luta por uma educação pública, gratuita e de qualidade.

A formação profissional de qualidade, implica, sob essa ótica, a construção do homem enquanto trabalhador e cidadão. Quando os esforços concentram-se apenas na formação do profissional, como no caso dos cursos modularizados que o DL 22/08/97⁴ sugere às escolas técnicas, perde-se um espaço que poderia ser produtor na constituição de um homem que não está limitado apenas a atender à demanda do mercado de trabalho unilateralmente constituído.

Se o jovem, em especial o Técnico em Agropecuária, apresenta-se mais preparado para enfrentar a atual conjuntura social e econômica (entre outras), não só como um profissional habilitado, que domina os conhecimentos pertinentes ao seu ofício, mas que se muniu de outras 'ferramentas' que o auxiliam 'para a vida', a tendência é que se considere que houve 'acertividade' no trabalho desenvolvido na instituição. Esta não se limitou a repassar o "saber acumulado ao longo da história dos homens". Dessa forma, a escola apresenta-se como um espaço privilegiado na constituição do trabalhador, porém, não sob a perspectiva do mercado capitalista. Entende-se que a educação não deva ser considerada como único fator de solução para os problemas sociais, muito pelo contrário, como afirma Bianchetti (1982, p. 15): "A educação é um dos fatores de desenvolvimento. Talvez nem seja o principal. Freire (1980) e Rossi

(1981) insistem que é uma ingenuidade crer que a educação, como medida isolada, transforme algo. A educação trará algum resultado, se ela for introduzida em uma determinada realidade juntamente com outras medidas. A educação, como medida isolada, ao invés de transformar, viabiliza-se como um instrumento de perpetuação de uma realidade”.

Quando o sistema educacional surpreende os educadores com novas diretrizes como as referidas no DL 2208/97, questionam-se os objetivos concretos destas leis. Como já se analisou anteriormente, com a desmobilização da educação profissional do país, por efetuar mudanças como a retirada da concomitância com o segundo grau, mais uma vez reforça-se a dualidade que acompanhou a educação brasileira desde os seus primórdios: volta-se a ter uma educação para quem ‘precisa trabalhar’ e outra para quem pode se dar o luxo de ‘continuar estudando”. Abre-se, pois, espaço para a prioridade ao atendimento à demanda do mercado de trabalho unilateralmente posto, sem maiores preocupações com a formação geral.

O Estado, ao ‘favorecer’ aqueles que ‘desejam’ entrar logo no mercado de trabalho, ofertando-lhes um curso profissional, de certa forma, ameniza outro problema do sistema de ensino: o problemático acesso às universidades. Se o jovem faz um curso de educação profissional de nível básico (conforme DL 22/08/97), sem concomitância com o segundo grau, recebendo um certificado de ‘qualificação profissional’, fatalmente terá retardada a sua possibilidade de ingresso numa universidade em função da falta do diploma do ensino médio. Por outro lado, sua inserção no mercado de trabalho iniciar-se-ia mais cedo ou, pelo menos, tornar-se-ia mão-de-obra qualificada à espera de uma oportunidade de emprego. Em outra situação, quando o jovem sai do ensino médio e não tem oportunidade de freqüentar uma universidade porque não tem condições financeiras de pagar um curso nas instituições particulares, e não existem vagas nas universidades públicas em número suficiente que lhe permita ingressar, pode ‘optar’ por fazer um curso técnico. Mascara-se o flagelo do ensino público universitário,

que não atende às necessidades de sua clientela (enquanto número de vagas, entre outros fatores), ao se diminuir o contingente de candidatos ao mesmo tempo em que se desmobiliza um ensino de qualidade como o (ainda) ofertado nas Escolas Agrotécnicas e Agrícolas Federais. Repete-se um padrão que se pensava superado: uns dão continuidade aos estudos, outros atendem à demanda do mercado de trabalho. Contudo, não se pretende, aqui, defender a idéia de que todos devem fazer cursos universitários, como se aí residisse a solução para os problemas econômicos e sociais (entre outros) vividos por uma parcela acentuada da população. Fazer um curso de nível superior, freqüentar uma universidade, talvez não faça parte dos objetivos de muitos indivíduos, seus planos seguem por outros caminhos. O que se defende é a idéia de que os que desejam freqüentar uma universidade, os que têm a intenção de seguir determinadas profissões que passam necessariamente por um curso de nível superior, que possam ter acesso garantido, ou, ao menos, que possam estar pleiteando as vagas existentes em condições menos díspares (e injustas) que as de hoje.

No caso específico dos Colégios Agrícolas, onde os alunos atendidos em aproximadamente 50% dos casos eram procedentes do meio rural, este espaço se apresentava como uma possibilidade de superação das dificuldades vividas na agricultura familiar. O sistema de internato, aliado à gratuidade e à (boa) qualidade do ensino, facilitava e estimulava a vinda desses alunos, tornando-se uma opção (às vezes única) para que pudessem estudar e dar um direcionamento diferente às suas vidas.

Com as novas diretrizes para o ensino profissionalizante, devido as quais as Escolas Técnicas Agrícolas e Agropecuárias deixam de ofertar o sistema de internato e perdem a concomitância com o segundo grau, praticamente se inviabiliza o acesso dos alunos do meio rural às mesmas. Nessa situação, o aspecto financeiro será, de fato, o empecilho maior. Torna-se importante ressaltar que as Escolas Agrícolas correm, inclusive, o risco de ter de abrir mão de sua finalidade: o ensino

agropecuário. Um dos fatores que contribui para esta preocupação é que essas instituições se localizam em regiões que apresentam certo grau de dificuldade de acesso, pois, geralmente, ficam no meio rural. A partir do momento em que se dificulta a possibilidade de ingresso e permanência para os alunos nas referidas escolas, corre-se, também, outro risco: de inviabilizar todo o processo educacional, uma vez que, sem alunos, não há necessidade de escola.

Surge a perspectiva de que as escolas tenham que se adequar às características da região em que estejam inseridas. No caso específico do CAC, localizado próximo a Balneário Camboriú, região de característica litorânea e turística, há a possibilidade de um redirecionamento das atividades da escola para o atendimento da demanda do mercado de trabalho local. Nesse caso, cursos como os de garçom, camareira, agente de viagens e guia turístico seriam mais ‘apropriados’ do que cursos específicos de agropecuária.

Não se considera incoerente o fato de adequar as escolas às necessidades de profissionalização da região e mesmo uma dinamização das opções formativas oferecidas no CAC: chega a ser uma contingência da atual realidade. O que se questiona é a desmobilização de uma estrutura física e humana de qualidade (reconhecida enquanto tal pelo próprio Estado), que atendia a uma população rural que tinha, nesse espaço, a sua oportunidade de profissionalização e crescimento pessoal, como relataram os próprios egressos pesquisados. Conforme nos afirma Militão, a título de aumentar o grau de abrangência da educação profissionalizante, o que o DL 2208/97 conseguiu foi torná-la (mais) elitizada e dualista, “garantindo a inclusão dos incluídos” (1998, p. 116).

Um dos argumentos que poderiam estar sendo utilizados, nessa situação, é o de que a escola prepara Técnicos em Agropecuária, porém, estes profissionais não ficam, ou não voltam para o meio rural. De fato, de acordo com a pesquisa, apenas 33,3% dos egressos voltaram para o meio rural. No entanto, outros 33,3% estão trabalhando no meio urbano na área

de sua formação. Assim, pode-se considerar que 66,6% dos egressos estão desenvolvendo atividades na sua área, seja no meio rural ou urbano, números estes que, certamente, justificariam a continuidade do curso com as antigas características (formação técnico-profissional aliada à concomitância com o segundo grau, considerando-se, ainda, os depoimentos dos egressos quanto à formação geral/humanística possibilitada na referida escola).

Isto posto, convém salientar que os egressos não voltam para o meio rural devido a muitos fatores, como constatou-se. A precariedade desse meio (nos seus mais amplos aspectos), no entanto, parece ser o inviabilizador e desmobilizador maior da possibilidade do jovem formando permanecer no campo, seja trabalhando na propriedade da família ou em outras propriedades. Como afirmou RAS, “se o campo e o agricultor fossem mais valorizados, eu voltava” mas, diante do atual contexto, sair do meio rural “não é questão de opção mas de realidade” (EPS), ou seja, para muitos (principalmente os pequenos e precarizados proprietários rurais), “a saída é a saída” (RMM).

Notas

1. Segundo dados do Jornal Folha de S. Paulo, de 22/03/99, cuja matéria trazia como título: “População rural volta a crescer nos anos 90, mas cai a ocupação na agricultura (do êxodo rural ao êxodo agrícola)”.

2. A sigla “EPS” refere-se as iniciais do nome de um dos egressos entrevistados. Utilizou-se este procedimento para com todos os egressos entrevistados a fim de proteger suas identidades.

3. Para além do ‘compreensível’, acima citado, há de se cogitar o imperativo histórico que está aí exposto. A revolução científico-tecnológica, que vem assumindo cada vez maiores proporções através das áreas de biotecnologia/engenharia genética, química, física, entre tantas outras, não permite espaço

para a permanência dos pequenos proprietários numa situação de produção precária sem cobrar seu preço, ou seja, excluir do mercado consumido.

4. O Decreto Lei (DL) 2208/97 trata da reformulação da educação profissional no país. Ver mais a respeito em Souza (1999).

Referências

ABRAMOVAY, Ricardo et al. **Juventude e agricultura familiar: desafio dos novos padrões sucessórios**. Chapecó/Brasília: EPAGRI e FAO, 1997.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 4 ed. São Paulo: Cortez, 1997.

_____. Profissões emergentes em Santa Catarina. **Seminário profissões, emprego e desemprego**. (Caderno de Resumos), 1999.

BIANCHETTI, Lucídio. **Educação e trabalho no meio rural**. O caso específico da Orientação Vocacional em escolas rurais do Rio Grande do Sul. São Paulo: PUC, Tese Doutorado, 1982.

CALAZANS, Maria Julieta C. Para compreender a educação do estado do meio rural. (Traços de uma trajetória). In: JACQUES, T. & DAMASCENO, Maria N. **Educação e escola no campo**. Campinas: Papirus, 1993.

CIPRIANI, Maria de Lourdes T. **Representações sociais e perspectivas de vida de mulheres fumicultoras: articulando gênero e trabalho**. Florianópolis: UFSC, 1998. Dissertação Mimeo.

COELHO, Dinarte Carlos & RECH, Luiz Roberto Dalpiaz. **Técnico Agrícola: legislação profissional**. Porto Alegre: Imprensa Livre, 1996.

ETGES, Norberto J. Ciência, interdisciplinaridade e educação. In JANTSCH, Ari P. & BIANCHETTI, Lucídio. **Interdisciplinaridade: para além da filosofia do sujeito**. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

FERREIRA, Luiz Alberto. **Ensino agrícola em Santa Catarina: investigações acerca das relações entre educação e trabalho**. Blumenau: FURB, Dissertação Mestrado, 1995.

_____. **Mudanças tecnológicas, crise social e a nova realidade do ensino agrícola.** Anais do IX EPEAAF - Encontro de Professores das Escolas Agrotécnicas e Agrícolas Federais da Região Sul. Florianópolis: Editora da UFSC, 1996.

_____. Trabalho, não-trabalho, desemprego: problemas na formação do sujeito. **Perspectiva**, Florianópolis: a. 10, n. 18, Editora da UFSC, ago-dez. 1992.

GADOTTI, Moacir. **Concepção dialética da educação** - um estudo introdutório. São Paulo: Cortez, 1986.

GUIMARÃES, Alberto Passos. **A crise agrária.** 3 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1989.

JANTSCH, Ari Paulo. **Pequeno agricultor e racionalidade educativa.** Piracicaba: UNIMEP, Tese Doutorado, 1997.

KUENZER, Acácia. **Ensino de 2º grau** - o trabalho como princípio educativo. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1992.

LAMARCHE, Hughes. **A agricultura familiar.** Campinas: Editora da UNICAMP, 1993.

LEITE, Elenice Monteiro. **Educação e trabalho no capitalismo contemporâneo** - Reestruturação produtiva, trabalho e qualificação no Brasil. São Paulo: Atlas, 1996.

LIMA FILHO, Domingos L. **Educação profissional para qual sociedade?** - uma avaliação das políticas públicas para o ensino técnico no Brasil em tempos de globalização. Florianópolis: 1997, Mimeo.

MARX, Karl. **O capital.** Crítica da economia política. 11 ed. Rio de Janeiro: Difel, 1987, vol. I.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. **O manifesto comunista.** São Paulo: Paz e Terra, 1997.

_____. **Crítica da educação e do ensino.** Lisboa: Moraes, 1978.

_____. **A ideologia alemã.** 10 ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

MILITÃO, Maria Nadir S.A. Flexibilização da educação profissional. **Revista do Nete**. Belo Horizonte, n. 03, jan-jul. 1998.

MORAES, Carmem S. V. A reforma do ensino médio e a educação profissional. **Revista do Nete**. Belo Horizonte, n. 03, jan-jul. 1998.

PALANGANA, Isilda C. & BIANCHETTI, Lucídio. A controvérsia da qualificação no debate sobre trabalho e educação. **Perspectiva**. Florianópolis: Ano 10, n. 18, Editora da UFSC, ago-dez. 1992.

PAULILO, Maria Ignez Silveira. **Produtor e agroindústria: consensos e dissensos - O caso de Santa Catarina**. Florianópolis: Editora da UFSC, Coedição Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte, 1990.

RIBEIRO, Maria Luísa S. **História da educação brasileira - A organização escolar**. São Paulo: Moraes Ltda., 1979.

RIFKIN, Jeremy. **O fim dos empregos - o declínio inevitável dos níveis de empregos e a redução da força global de trabalho**. São Paulo: Makron Books do Brasil Editora/Mc Graw-Hill, 1995.

RODRIGUES, Otávia F. de Souza. A relação entre trabalho e conhecimento camponês - unidade e ruptura. **Cadernos Cedex**. 3 Ed. São Paulo: Papyrus, 1991.

ROMANELLI, Otaíza. **História da educação no Brasil**. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1980.

SANTOS, José Vicente Tavares. O processo da colonização agrícola no Brasil contemporâneo. **Perspectiva**. Erechim: URI, ano 17, n. 58, jun. 1993.

SHIROMA, Eneida Oto. A educação do trabalhador num contexto de modernização tecnológica. **Perspectiva**. Florianópolis, ano 12, n. 21, Editora da UFSC, Jan-Jul. 1994.

SILVA, José Graziano. **Progresso técnico e relações de trabalhos na agricultura**. São Paulo: Hucitec, 1981.

ZOLDAN, Paulo. **Síntese Anual da Agricultura de Santa Catarina**, Florianópolis: Instituto Cepa/SC, 1997.

CEPAL – UNESCO. **Educação e conhecimento** – eixo de transformação produtiva com equidade. Brasília: IPEA/CEPAL/INEP, 1995.

CONEA, **Catálogo das escolas de nível médio de Santa Catarina**. Florianópolis: 1997.

FOLHA DE SÃO PAULO. População rural cresce e muda de perfil. São Paulo: 22 de março de 1999.

INSTITUTO CEPA/SC, Síntese Anual da Agricultura de Santa Catarina, Florianópolis, 1998.